Angulações semióticas para pensar o lugar do meio de comunicação[1]

Flávio Augusto Queiroz e SILVA[2]

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho levanta uma discussão a partir de ideias trabalhadas por um certo olhar na teoria da Comunicação, a saber, aquele que procura centralizar no meio de comunicação, compreendido como suporte tecnológico, o fundamento da dinâmica comunicacional. Apresentamos brevemente um texto de Luiz C. Martino que, junto a autores como Boorstin, Nora e Haacke, propõe o conceito de "atualidade mediática" para compreender que o meio é capaz de ampliar o sentido dos fatos veiculados para compor, assim, uma matriz social, ou um sistema de referência comum à sociedade. Provocaremos essas ideias a partir da semiótica de C. S. Peirce, que, com os conceitos de semiose, inquirição e comunidade, nos permitirá entender que a constituição dos fatos midiatizados como matriz social não pode ser apenas tecnológica, mas profundamente implicada nas dinâmicas de uso e recepção às quais o meio se submete.

PALAVRAS-CHAVE: meio de comunicação; matriz social; semiose; inquirição; Peirce.

Este artigo resgata algumas das inquietações lançadas pela minha dissertação de mestrado[3], ecoadas nos comentários produzidos no debate durante a banca de defesa. Naquela ocasião, apropriei-me da discussão construída por Luiz C. Martino no texto "A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões" (2009), que chama atenção para o papel centralizador do meio de comunicação na organização da nossa sociedade ("complexa", nos termos do próprio autor e distante de qualquer relação com uma "teoria da complexidade", mas referindo-se à multiplicidade e fluidez de papéis sociais que um indivíduo possa assumir).

Em dito texto, Martino evoca os estudos de três autores – os historiadores Daniel Boorstin (1992) e Pierre Nora (1972) e o estudioso da mídia Wilmont Haacke (1969) – para investigar a centralidade do meio de comunicação: "a medição tecnológica atravessa e

[1] Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutorando no curso de Filosofia da PUC-SP, email: flavio.aqs@gmail.com

[3] SILVA, Flávio A. Q. Modificação do acontecimento como semiose: a relação entre meios e sociedade em uma perspectiva semiótica. 2013. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

enquadra a realização do acontecimento, que por isso pode ser chamado de acontecimento mediático, não somente porque é veiculado, mas inteiramente organizado pela mediação tecnológica" (MARTINO, 2009, p.7).

A ideia central defendida por Martino não é a de que os meios de comunicação "criam" acontecimentos, mas sim que, uma vez absorvidos pela sociedade, os meios se tornam o pivô da troca comunicacional, ou da única forma possível que a sociedade tem para inteirar-se dos fatos: a midiatização. Nessa relação, observar que a tecnologia de comunicação está em evidência é avançar um passo na constituição da epistemologia do nosso campo (MARTINO, 2009, p. 8). O destaque – importância – do *meio* de comunicação aparece absorvido na forma cotidiana de lidar socialmente com os fatos, como nesta ilustração oferecida pelo historiador Boorstin (1992, p.7): "Amigo admirado: 'meu Deus, que lindo bebê você tem!' Mãe: 'ah, isto não é nada – você deveria vê-lo nas fotos!'".

Para Martino, este é um sintoma nítido da centralidade do meio, tecnologicamente compreendido; para ele converge todo o sentido do intercâmbio comunicacional. Nesse eixo, ele sugere os conceitos de *acontecimento mediático* e *atualidade mediática* para falar de um novo regime informativo e cultural, no qual a referência de fato, acontecimento e tempo presentes transmigram para aquilo que acontece *na mídia*, mais do que para aquilo que acontece *no mundo*[4]. Desta forma, para além de uma qualificação de verdadeiro ou falso (correto ou distorcido etc) a qualquer fato midiatizado, valeria perceber que o acontecimento veiculado torna-se uma referência de atualidade, de fato presente, de assunto comum a toda a sociedade.

Assunto comum porque, verdadeiramente, o meio de comunicação de massa possui um fator aglutinador que lhe é próprio, ou seja, é capaz de reunir em torno de si a atenção coletiva por causa da natureza mesma da transmissão tecnológica. Isso permite "gerar uma dimensão virtual, que unifica o campo das existências dos indivíduos, permitindo ultrapassar o espaço-tempo de seus canais sensoriais. Com isso se torna possível (...) ascender ao plano social propriamente dito" (MARTINO, 2009, p.8).

Tal dimensão virtual é caracterizada por *modificações do acontecimento*, um termo que Martino encontra em Haacke. O autor alemão assim descreve o fenômeno:

> Ocorre um acontecimento. Informa-se sobre ele. A informação é acolhida. Ela modifica o estado do "eu" que a compreende, do grupo que a recebe, das multidões influenciadas por ela. Desta maneira modifica o acontecimento, fazendo-o passar, através do meio transportador – os

[4] Este foi um esclarecimento feito pelo próprio Martino em minha banca de defesa; agradecemos o comentário.

> meios de comunicação de massa –, em lugares concretos, mas em um tempo indeterminado, aos homens e a sua existência no mundo (HAACKE, 1969, p.187).

Aqui se vê, também, a centralidade do meio de comunicação atravessando a troca comunicacional, de certa forma *modificando* – no sentido de ampliando, tornando massivamente público – o acontecimento. É necessário tomar cuidado com essa ideia da modificação, pois pode levar ao mau entendimento de uma distorção do fato. Tampouco seria um fenômeno assustador e temível, como parece ser o julgamento do historiador Boorstin, em seu *A imagem*. Ali, o historiador americano sugere que o uso intenso das tecnologias de comunicação resultou na alimentação de uma "avidez" por fatos e informação, que culminou na atenção excessiva e centrada no material midiatizado (1992).

Além disso, para ele, a mídia oferece a possibilidade de ver o mundo em mais detalhes, o que produz um fascínio pelo seu conteúdo que "substitui a realidade insípida", como lemos neste trecho: "A verossimilhança adquiriu nova significação. Não somente podia-se doravante, ante toda nação, dar à voz e aos gestos de Franklin Delano Roosevelt uma realidade e uma intimidade desconhecidas até então, mas ainda a imagem acabou por ultrapassar em impacto a realidade insípida" (BOORSTIN, 2003, p. 7). Nesse sentido, vai sugerir que esse fenômeno produz a "construção de um gigantesco muro de irrealidades que se ergue entre nós e as realidades da existência" (BOORSTIN, 2003, p.1), o que se depreende de seu exemplo do bebê fotografado, citado anteriormente: a tecnologia de comunicação dá aos fatos um verniz mais interessante do que o mundo cotidiano.

Nesse sentido, parece haver uma importantíssima contribuição para pensar a forma como o meio se destaca no processo comunicacional: a tecnologia de transmissão massiva torna-se "a causa eficiente, formal, final do acontecimento" (MARTINO, 2009, p.7), porque concentra atenção coletiva e dá notoriedade ao fato, que se torna assunto socialmente comum – nas palavras de Nora, "reverbera no vivido das massas" (1972, p.166). Desta forma, o mais importante seria reconhecer que o acontecimento midiatizado configura uma *matriz social*, um assunto comum, referência para a massa de indivíduos, que os insere na cultura e no tempo presentes.

Meu propósito com esta discussão será, então, prosseguir pensando, i.e., tentar dialogar com as ideias já lançadas para perceber *o que mais* pode ser compreendido disso. Aceito assim a proposta de Ramón y Cajal (1979) ao sugerir que a ciência se valida pelo fazer científico, ou seja, nenhum conceito está acabado por completo e as ideias demandam continuamente ser pensadas. Nesse mesmo fazer, evoco os trabalhos do cientista e filósofo

americano Charles S. Peirce (1839 – 1914), cuja semiótica – entendida como lógica da observação – nos permite lançar novos olhares sobre a situação até então apresentada.

Tais novos olhares produzirão ideias que não concordam totalmente com este pensamento que situa o meio de comunicação como centro da troca comunicacional; ao mesmo tempo, não o elimina totalmente. Perceber que ideias diferentes se distanciam em alguns momentos, ao passo que podem conviver no mesmo fazer teórico, é um trabalho sutil e necessário, caso queiramos levar a sério a proposta *sinequista* do já citado Peirce. A busca, nesse caso, é pelo amálgama da continuidade entre ideias até mesmo divergentes, ao contrário do dualismo, "doutrina que realiza suas análises com um machado, deixando como seus elementos residuais pedaços não relacionados do ser" (CP 7.570). Não excluir o outro apenas porque pensa diferente de mim – este é o desafio e a proposta. Nesse eixo, veremos que as ideias provocadas por Martino, a partir dos autores mencionados, têm muito a dizer e a problematizar quando se encontram com conceitos fundamentais da obra peirceana, como *semiose*, *inquirição* e *comunidade*.

Esses três conceitos, intimamente relacionados nos escritos do autor, nos permitirão pensar os acontecimentos, catalisados pelo meio de comunicação, na condição de *signos* e, portanto, não como "fatos isolados, senão como ações de comunidade" na qual se expressa o mais intenso da ação e da reflexão em conjunto (RUSSI, 2013). Nesses termos, o acontecimento midiatizado funciona como dimensão virtual de referência para os indivíduos porque requer ser pensado e utilizado nas diversas dinâmicas de interação social *nas quais o meio de comunicação está inserido*. Ousaria dizer que o trabalho do meio, no poder de seu alcance, deve-se mais à sua dimensão social que tecnológica: absorvido e utilizado pela sociedade, tem sua atividade moldada e significada pela apropriação social.

Entender os meios de comunicação como sujeitos a uma lógica de usos, ações e reflexões sociais nos permite visualizar seu poder – a capacidade que Martino ressalta de configurar uma matriz social, um sistema de referências para a sociedade – sem precisar recair nos assombros exprimidos por Boorstin, porque, para ele, os meios têm sido inadvertidamente empregados "na construção de um gigantesco muro de irrealidades que se ergue entre nós e as realidades da existência" (2003, p.1). Ao contrário, se compreendemos sua inserção em uma lógica da interpretação, estaremos mais perto de compreendê-los como sujeitos de *semiose*, isto é, da ação própria do signo de encontrar uma interpretação para crescer na inteligibilidade.

Tudo é *potencialmente* signo, isto é, tudo pode ser signo desde que haja uma interpretação. Todas as coisas estão sujeitas a um processo de inteligibilidade e entendimento. Negar esse fato equivaleria a negar às coisas seu direito de existência, uma vez que, na semiótica de Peirce, um objeto que se ocultasse como coisa em si mesma se vedaria à existência e se eximiria de evoluir (IBRI, 1997); nada mais natural para um teórico que "nunca conseguiu estudar coisa alguma – matemática, ética, metafísica, gravitação, termodinâmica, óptica, química, anatomia comparada, astronomia, psicologia, fonética, economia, a história da ciência, uíste, homens e mulheres, vinho, metrologia, salvo como um estudo de semiótica" (PEIRCE *apud* ANDACHT, 2013a, p.10), isto é, salvo como um estudo da ação do signo, ou, em outras palavras, da ação reveladora e inteligente da realidade, por meio do pensamento.

Nesse eixo, pode-se pensar que todos os fatos que se apresentam à consciência, sejam midiatizados ou não, aparecem como *signo*, um composto de três correlatos: o próprio signo, objeto e interpretante. O signo apresenta o objeto a uma consciência interpretante, e, nesse sentido, é a maneira pela qual a mente conhece o objeto; o objeto, assim, só se dá a conhecer em uma natureza sígnica, uma vez que é impossível algo "entrar na mente" a não ser pela impressão de sentidos e pensamentos; igualmente, o interpretante tem natureza sígnica porque corresponde ao objeto entendido no ato de conhecer. Vê-se que, no momento em que existe uma compreensão, existe um signo que é uma tríade indecomponível.

Outra coisa que se pode depreender do signo analisado em termos de seus três correlatos é que "Peirce percebeu que o desenvolvimento pleno da semiótica como um *corpus* distinto de conhecimento exigia uma visão dinâmica da significação enquanto processo" (DEELY, 1990, p.42). Isso significa que não se trata de tomar o signo ontologicamente considerado, apenas. "Há também a questão adicional do Tornar-se que esse tipo peculiar de Ser [o Ser do signo] possibilita e pelo qual se sustenta" (*idem*). Em outras palavras, o que a semiótica constata é que não somente existem signos, mas também que os signos *crescem*. Para entender essa proposição é necessário ter em mente "o *virtus* ou poder distintivo dos signos [que] envolve um processo evolutivo, de crescimento" (ANDACHT, 2013a, p. 19). Nas palavras do próprio Peirce:

> Os signos surgem pelo desenvolvimento de outros signos (...). Nós só pensamos em signos (...). Se um homem fabrica um novo símbolo, é por meio de pensamentos envolvendo conceitos. Então é apenas por meio de símbolos que um novo símbolo pode crescer (...). Um símbolo, uma vez

> que esteja vivo, espalha-se por meio dos homens. No uso e na experiência, seu significado cresce (CP 2.302).

A semiose é, assim, a descrição de um processo de conhecimento em que a inteligência desenvolvida participa de forma contínua, ou melhor, a inteligência é criada nesse mesmo processo e se aprimora. Esse processo vem sendo descrito por alguns autores, como Ibri (1992), como a própria tessitura cognoscível da realidade: a ação genuína do signo é a de representar um objeto que não é produto de uma consciência individual; seu poder afronta a estabilidade da mente ao forçá-la a perceber que existe um mundo que não é a mera invenção de alguém.

Por isso e ao mesmo tempo, a realidade deve ser considerada não como algo que está separada da mente, mas que entretém com ela uma relação muito específica e que exige muita cautela, para não causar uma má interpretação do realismo de Peirce: uma relação de cognoscibilidade. A dependência entre mente e realidade, nesse caso, é a que pede o crescimento do inteligível, gerada pela vontade de aprender e conhecer. Para ser inteligível, um objeto, ou o quer que seja, deve ser capaz de ser relacionado, comparado, lido, percebido, sujeito a qualquer operação mental e nos termos que o objeto, mediatamente representado pelo signo, exigir.

Para os defensores de uma teoria do meio ou algo equivalente, pode ser uma "redução" ou "esvaziamento" da função centralizadora do meio de comunicação dizer que acontecimentos midiatizados ou não sofrem da mesma semiose, ou seja, do mesmo processo interpretativo, ampliativo e geral, na busca de melhor razoabilidade. Não o entenderia dessa forma, pelo contrário, a centralidade do meio é bastante clara e permite explicar um fenômeno plenamente observável: a capacidade natural e aglutinadora do meio de concentrar a atenção coletiva para o que é, nessa lógica, transmitido e midiatizado – o que Haacke chamou de modificação do acontecimento.

No entanto, concentrar a atenção nesse "poder do meio" pode, no limite, levar ao apagamento de todo o resto, i.e., dos outros elementos que constituem essa dinâmica. Um alerta nesse sentido pode ser encontrado nas palavras do próprio Haacke: "ocorre um acontecimento. Informa-se sobre ele. A informação é acolhida. *Ela modifica o estado do 'eu' que a compreende, do grupo que a recebe, das multidões influenciadas por ela*. Desta maneira modifica o acontecimento" (1969, p.187). Por isso, não seria forçado resgatar o conceito de semiose para entender que, enquanto o meio tem o seu poder centralizador devido à transmissão tecnológica, ele está, também, sujeito a interpretações, usos, comentários e respostas que vão ressignificando, ou ampliando, a ação e o sentido daquilo que vai sendo veiculado, assim como do próprio meio.

Essa ampliação, que no nosso entender corresponde ao conceito de "modificação do acontecimento" conforme Haacke, deve-se aos poderes da transmissão tecnológica *e também* dos usos sociais que sofre o meio de comunicação. Podemos pensar junto a Braga (2006) no "sistema de resposta social" de uma "sociedade que enfrenta sua mídia", o que nos permitiria entender que o poder tecnológico do meio é moldado e significado pela sua inserção social, não o contrário – desta forma, um rádio transmitindo notícias na Lua seria inútil, no sentido de que não lograria produzir a semiose necessária para fazer do acontecimento uma *matriz social*. A semiose é um processo que não ocorre sem uma fundamental atividade de interpretação, a ser entendida, na linha do pragmatismo de Peirce, como o *efeito* que o signo produz: "o pragmatismo é a teoria de que a concepção, isto é, o sentido racional de uma palavra ou outra expressão, jaz exclusivamente em seu efeito concebível sobre a conduta da vida" (CP 5.412)

Neste caso, a interpretação produzida corresponde aos usos que se fazem necessários para absorver os fatos e dar-lhes sentido: "a sociedade *age e produz* não só com os meios de comunicação, mas sobre seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social" (BRAGA, 2006, p.22). Tais efeitos aparecem como sintomas de uma sociedade responsiva; Braga enumera alguns (2006, p.38): crítica, militância social, controles da mídia, circulação comercial, processos educacionais e formativos *etc*.

Isso dá ao meio de comunicação não um poder absoluto, mas alimentador, isto é, exige uma continuidade para que os fatos veiculados continuem a ter sentido para aquela sociedade: "importa que várias pessoas, tendo lido o mesmo livro ou ouvido a mesma música, *e tendo alguma informação sobre esses materiais*, 'conversem' sobre tais objetos e interajam com base nesse estímulo" (BRAGA, 2006, p.28).

Na mesma linha e provocando mais além, Andacht chega a dizer que "é o constante falar das pessoas sobre o que acontece na mídia que transforma um programa televisivo trivial [por exemplo] em um 'acontecimento' social" (2013b, p.29). Esse *constante falar* não é um ato vazio, senão preenchido e enriquecido por diversos atos sociais, dando fundamentos para que tal falar possa enquadrar-se como assunto comum e, na lógica da semiose, ampliar-se ou *crescer*.

> a identidade do signo é sempre postergada: não é possível apagar o efeito de sua peregrinação, de sua transmigração a outros corpos sígnicos através dos quais a identidade do signo se afirma: no signo se encontram todos os elementos que o vão enriquecendo em seu intercâmbio com outros signos (PONZIO, 2008, p.163).

Tal dinâmica requer, para isso, a continuidade típica exigida pelo processo semiótico, que encontra na falibilidade do signo sua causa. Em Peirce, o falibilismo é a

doutrina que caracteriza o pensamento científico como busca pelo aprimoramento da clareza e da verdade, ao invés de uma busca pela certeza absoluta: "há três coisas que não podemos alcançar pelo raciocínio: absoluta certeza, absoluta exatidão, absoluta universalidade" (CP 1.141). Apesar de pensada no contexto da ciência, a falibilidade aplica-se a toda atividade do raciocínio, já que "a inteligência científica é aquela que aprende com a experiência" (CP 2.227). Conforme essa visão, o contato com os signos é constante e vital, sendo a única forma pelo qual o pensamento sobrevive e pode ser expresso.

Em outras palavras, a falibilidade é o mecanismo fundamental pelo qual o signo é levado a crescer, a desenvolver-se em uma ação interpretativa realmente falível. A incompletude do signo – seu potencial e interminável refinamento – faz que determine outro signo logicamente associado a ele, sob a pena de desaparecer:

> Se a série de interpretantes sucessivos vem a ter fim, em virtude desse fato, o signo torna-se, pelo menos, imperfeito. Se tendo sido determinada uma ideia interpretante numa consciência individual, e se essa ideia não determina um signo subsequente, torna-se impossível saber se alguma vez existiu uma tal ideia nessa consciência. E neste caso é difícil saber como poderia ter significado dizer que essa consciência alguma vez teve essa ideia, uma vez que o ato de dizê-lo já seria um interpretante (CP 2.303).

Dessa forma, a natureza sígnica da representação não é a de preservar-se intacta, mas a de ir transformando-se na busca de elementos que façam desse processo uma ação mais razoável e geral. Isso não seria possível se a ação do signo não visasse a um futuro, concebido como a potencial inteligibilidade – as interpretações possíveis – que o signo irá provocar no esclarecimento de seu sentido. Nas palavras de Santaella (2000, p.19), "o futuro irá dizendo que as interpretações atuais são apenas signos-interpretantes parciais, cuja tendência (...) é gerar outros signos interpretantes e assim por diante. Em síntese, a ação que é própria ao signo é a de crescer".

Nesse sentido, a constituição do acontecimento mediático como matriz social deve-se não só ao poder da transmissão tecnológica, mas à dinâmica do raciocínio a que os fatos se submetem. Ou seja, para chegar a ser uma referência comum a uma grande massa de indivíduos, o fato precisa ser veiculado e submetido a uma experiência social que, para Braga, seria um "sistema de resposta" ou, no contexto peirceano, a própria atividade da interpretação:

> A interpretação pode ser considerada experiência no sentido em que ela também está sujeita a se transformar frente a novos fatos. Diferente de uma perspectiva hermenêutica radical, para a qual viver seria sinônimo de interpretar, na ótica do Pragmatismo (CP 5.1-13) a interpretação não é o resultado final e absoluto da experiência, mas sim uma atualização de signos e significados gerados na falível

> atividade cognitiva de organismos viventes. Assim, como 'inteiro resultado cognitivo do viver', a experiência abarcaria atividades e resultados interpretativos sem a eles se restringir (FERRAZ, 2006, p.187).

Entender a interpretação nesses termos é importante por nos permitir "relativizar" o poder dos meios, isto é, conforme os objetivos deste artigo, enxergar que o local do meio de comunicação é situar-se em um mundo de interações dinâmicas e mudanças que vão dando as condições para que as informações veiculadas componham dito espaço de referência social. Nesse sentido, a diversidade de olhares, vozes e acontecimentos outros, que não são veiculados mas que ainda constituem o dinamismo do mundo, darão os elementos para fazer – ou não – do acontecimento midiático uma matriz social. Refiro-me, aqui, à observação colateral, uma experiência considerada fundamental pela semiótica peirceana ao exercício da interpretação e, portanto, da semiose:

> A mente do intérprete que o interpretante poderá atingir (ou não) terá condições de recorrer, além do objeto e do interpretante imediatos, fornecidos pelo próprio signo, a experiência colateral, que está fora do signo, mas que faz parte do seu contexto. Nesse processo, então, a experiência colateral desenvolve o papel de um complemento, um elemento a mais em busca de objetos e interpretantes ideais, justamente tentando suprir as carências colocadas pela vagueza e generalidade apresentadas pelo signo. Afinal, o que o signo consegue representar é apenas uma parte, um aspecto do objeto, e não o todo (LINS, 1998, p.54).

Isso evita que, na semiótica de Peirce, haja espaço para qualquer absolutismo da representação. Como se vê, há elementos *tangenciais* que vão alimentar a semiose para contribuir no seu direcionamento, e ela mesma, ao alimentar-se deles, favorecerá observações colaterais (LINS, 1998). Os fatores externos ao signo compõem, desta forma, o *contexto*, que não é apenas o contexto *deste* signo, mas uma vasta realidade que englobe outros signos e outras experiências mais ou menos correlatas.

Na esteira do falibilismo, a observação colateral é um recurso fundamental do qual a mente dispõe para entender os signos e enriquecer a interpretação. Proponho entender tal dinâmica no processo da inquirição, que, junto a Susan Haack (*apud* ANDACHT, 2000, p.18), classifico como uma atividade vital para o homem, pois oferece a oportunidade de "tatear, e às vezes agarrar, algum indício de como é o mundo". No sentido de Peirce, inquirição não é somente a investigação científica, mas o esforço de qualquer mente que, no encontro com uma dúvida, vai buscar um entendimento para aquilo que se apresenta – porque "*qualquer* homem tem de prosseguir em descobrir como as coisas são, na sua experiência sensória e introspectiva e na teorização explanatória que ele concebe para acomodá-las" (*idem*).

Apresento o conceito de inquirição porque permite compreender a dinâmica da semiose e da falibilidade da representação que vínhamos apresentando até o momento, porque, "na medida em que há qualquer realidade, é nisto em que ela consiste: que há no ser das coisas algo que corresponde aos processos de raciocínio, que o mundo vive e é dinâmico, e tem o seu ser em uma lógica de eventos" (PEIRCE *apud* IBRI, 1992, p.119).

A inquirição é o processo e o resultado da inerente mudança das coisas e da provocação que todo signo faz ao pensamento. Nesse sentido, o signo dificilmente faz uma constatação definitiva, ao contrário, ele convida a uma profunda indagação, que requer a capacidade de entender e assimilar "sua peregrinação" (PONZIO, 2008). A dinâmica da semiose não pode fornecer um objeto originário – fundamental – por onde comece a inquirição, porque esse processo se baseia no crescimento de algo (uma representação) que já vinha evoluindo antes. Desta forma, confrontar-se com um fato, midiatizado ou não, comentado por outras pessoas ou não, já é estar em uma realidade alimentada por signos: "Peirce descreve as coisas-em-si supostamente incognoscíveis como os elementos singulares que desencadeiam inicialmente o processo de conhecimento, interpretado como o processo inferencial – constantemente mediado em si mesmo – de construção de uma hipótese" (APEL, 1997, p.54).

No caso de nossa discussão, chegar ao conhecimento de um "fato puro" é um limite ideal do processo investigativo, uma vez que todo encontro com os objetos está necessariamente mediado por um pensamento (ou signo): não há como o objeto "entrar em nossa consciência" – isto é, tornar-se cognoscível – se não for por essa mediação. É assim que o conhecimento "deve se realizar constantemente através de conceitos gerais (e, por isso, vagos) e que, portanto, só pode aproximar-se de maneira infinita à coisa individual, concebida como algo completamente determinado" (*idem*). É interessante atentar para o conceito de "mediação" aqui colocado, pois pode referir-se a uma mediação tecnológica ou não; para a semiótica, qualquer elemento que nos leve ao conhecimento de outro é um signo exercendo sua função mediadora, podendo, portanto, enriquecer-se, aprimorar-se ou ser revisto, criticado enfim.

Porque os fatos se apresentam de forma já mediada, a consciência está imersa, desde o primeiro momento, em uma dinâmica inferencial da qual é impossível sair: "nossas várias conceitualizações do mundo não são simplesmente dadas, mas são o resultado de processos mentais construtivos" (DELANEY, 2002). Nesta citação, o ponto defendido por Delaney é o de que qualquer predicado que represente um objeto é uma elaboração conceitual que

resulta de inferências. Esse processo não é automático, mas depende de um esforço mental e interpretativo porque é uma semiose:

> Para Peirce essa tese implica que não pode existir nenhum conhecimento intuitivo em absoluto, posto que todo pensamento formulado com signos tem sua realidade não em uma visão instantânea e carente de relações, mas em uma interpretação de um pensamento-signo por meio de um pensamento que o sucede no tempo, o qual, a sua vez, se converte em um signo para outro pensamento, e assim até o infinito (APEL, 1997, p.69)

A capacidade representativa dos signos decorre justamente dessa inserção na dinâmica inferencial: "nenhum pensamento presente concreto tem significado algum, valor intelectual algum, pois estes residem não naquilo que é realmente pensado mas naquilo a que este pensamento pode ser conectado numa representação através de pensamentos subsequentes" (PEIRCE, 2008, p.272). Por isso, a expansão do acontecimento midiatizado, sua absorção como matriz social, deve-se pela dinâmica de raciocínio vivenciada nos e através dos signos. Todos os fenômenos *inteligíveis* padecem desse processo, como chega a caracterizar Peirce em uma visão abrangente: "parece estranho que um signo deixe seu intérprete preencher uma parte de seu sentido, mas a explicação desse fenômeno deve-se ao fato de que todo o universo (...) está repleto de signos" (CP 5.448 Fn P1 Para 5/6).

Nesse sentido, o acontecimento midiático, nessa dinâmica inferencial de pensamento, padece de uma *modificação* e de um sentido que não são automáticos e totalmente fornecidos, justamente porque requer interpretações subsequentes, entendendo que esse processo interpretativo inclui reações, comentários, réplicas, ou tudo o que o fato consiga propagar em sua ação inferencial e sígnica de crescimento, reações naturais decorrentes de uma dinâmica do conhecimento dos fatos.

Ainda, os ditos usos e respostas sociais às quais o meio de comunicação se submete vão dar o *tom* do acontecimento mediático no sentido de permitir que os fatos veiculados sejam ou não uma referência social, visto que alguns destes são ignorados ou não se desenvolvem suficientemente *nesse sentido*. Atribuo esse fato ao princípio de que a semiose não é uma ação individual, mas de atitudes interpretativas gerais e comunitárias.

Esse movimento pode dar vazão a uma dificuldade de interpretação da semiótica peirceana no que concerne dois temas: a autonomia dos sujeitos frente à manipulação dos signos e a autonomia do real, concebido como generalidade. Essa dificuldade aparece quando nos confrontamos, por exemplo, com dois trechos de Peirce: "o real é aquilo que (...) permanece não afetado pelo que dele possamos pensar" (CP 8.12) e "o real é, então, aquilo no que finalmente resultariam a informação e o raciocínio (...). Portanto, a origem

mesma da concepção de realidade mostra que essa concepção envolve a noção de COMUNIDADE (...)" (CP 5.311).

Alguns autores (como Andacht, 2010, 2013a, 2013b) têm insistido que a semiótica de Peirce nos convida a reduzir a importância da ação de um único indivíduo em seu obrar no mundo para atentar à relevância da autonomia e força próprias dos signos, isto é, o metabolismo semiótico de gerar interpretantes. Nesse sentido, não haveria por que separar o meio de comunicação das dinâmicas do mundo no qual ele se insere. Esclarecidamente, Apel (1997) explica que a realidade é produto de uma comunidade entendida como uma entidade ilimitada de interpretação. Da partilha de signos levada por sujeitos interconectados pelo interpretar, é possível entender-se a realidade como "processo infinito de referências sígnicas desenvolvida pela comunidade, *constituindo* o real" (p.53). Significa que a realidade não pode ser outra coisa a não ser aquilo que a comunidade ("seres que se comunicam") vê, experimenta, inventa, conversa etc, juntamente com o que uma "comunidade de investigadores" analisa, descobre e discute.

A comunidade "converte sua compreensão dos símbolos em regras de comportamento realmente eficazes" (APEL, 1997, p.53), isto é, ela compõe o tecido do real a partir do exercício de compreensão do que vai sendo observado, confrontado e experimentado. Por isso, conforme diz Apel, a comunidade peirceana não é uma "consciência geral" ou abstrata, ideal, mas um coletivo de homens que "continuam sendo tema do conhecimento e práxis racionais", e assim segue "construindo-se enquanto mundo histórico-social das instituições e dos hábitos" (1997, p.259). Este é o "pensar vivo" que a comunidade realiza e que ajuda a construir o mundo (não como produto de uma mente individual, mas da *whole communion*), em um processo em que existirão também erros e distorções (por isso real), que os indivíduos futuros, afetados por essa experiência e pela necessidade de interpretá-la, haverão de corrigir.

Podemos, para este contexto, pensar na citação de Liszka (1998, p.2): "o objetivo da inquirição não é simplesmente reconhecer a cega bruteza da vida, mas viver nela, e não no modo como uma bola de *pinball* vive confinada em sua máquina, mas no modo que alcança compreensão e controle em nossas vidas. É na generalidade que essas coisas são possíveis". Para a semiótica de Peirce a experiência real será compreendida à luz do que a comunidade vive e entende porque, no contexto de seu pragmatismo, não se pode perder de vista a importância do "mundo como laboratório" – a "verificação" das informações partilhadas é

realizada por sujeitos de carne e osso que pensam numa base inferencial lógica, o que faz da interpretação também uma experiência vital, falível e comunitária.

A comunidade plenifica-se, desta forma, na terceiridade ou na "lei da aprendizagem" (tendência à aquisição de hábitos), isto é, não poderíamos entender esta *indefinite community*[5] sem saber que ela é a protagonista desta lei universal. Mais uma vez, isto só é factível porque, como todo processo semiótico, ela está teleologicamente *orientada*: seu crescimento e sua ação desenvolvem-se dentro da expansão efetivamente possível da cognoscibilidade das coisas. Nesse sentido ela cumpre a função autocorretiva do pensamento, naquele mesmo princípio inerente a todo o signo: o crescimento falível.

Da mesma forma, o pensamento assim concebido, como ação de uma "investigação comunitária", cumpre as prerrogativas de uma *semiose vital* que vínhamos apresentando neste texto. Seria muito ingênuo esquecer que o meio de comunicação está imerso em um universo da consciência, em um "universo repleto de signos", retomando as palavras de Peirce, ou, deve-se salientar, em um processo contínuo de interpretações realizadas em comunidade, com os mais diversos elementos da experiência – midiática ou não. Essa posição é o "antidualismo da relação lógica triádica que explica a continuidade entre o fora e o dentro, entre o que acontece *nos* meios e o que ocorre *com respeito a eles* na sociedade" (ANDACHT, 2013b, p. 35).

O caminho que se abre assim é o de restituir ao meio de comunicação sua condição de *meio*, ou seja, atentar que concebê-lo como "causa eficiente, formal, final do acontecimento" (MARTINO, 2009, p.7) pode conduzir a um absolutismo da representação e a um imperativo da técnica, como parece ter sido a interpretação apavorada de Boorstin (1992, 2003). Ao contrário, como *meio*, ainda submeterá o processo comunicacional aos fatores impostos pela transmissão tecnológica, mas não deixará de abrir caminho para ser reposicionado, criticado e reavaliado nessa mesma dinâmica, porque, além de tecnologia, a comunicação social é realizada por tudo aquilo de que dispõe a sociedade, ou seja, *signos*. Por isso, podemos pensar o meio de comunicação como alimentador de uma inquirição comunitária, de uma comunidade que raciocina e, por isso, consegue povoar a realidade e dar-lhe sentido.

Essas são as condições necessárias para, aprimorando a concepção do lugar do meio na sociedade, melhor entender o que Peirce também significava com o termo *método*

[5] Os termos *whole communion*, *indefinite community* e outros são sinônimos inventariados por Apel (1997) para dar sentido à "comunidade" conforme pensada por Peirce.

científico, algo que, para ele, abriga e recupera o que há de mais essencial, importante e vital no mundo: o fato de que o crescimento das ideias existe e faz parte do real. Longe de entender-se como conjunto de regras submetidas ao trabalho de um cientista, o método científico é, para o lógico americano, o resultado inevitável do metabolismo dos signos, que nos permite *não* tomar as coisas como acabadas e entender que, nelas, existe um processo e uma história, graças à capacidade desses signos de escancarar caminhos para a interpretação. Dessa forma, diria ele, "minha palavra definitiva é que a coisa em que você deve apostar seu dinheiro não deveria ser uma doutrina, mas um método. Pois um método vital corrigirá a si próprio e uma doutrina, não. Doutrinas são cristais, métodos são fermentos" (PEIRCE apud WAAL, 2007, p.25).

REFERÊNCIAS

ANDACHT, F. On the integration of the differentiated: a Peircean outlook on Latin American identity. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**. [online], 2010. Disponível em: <http://www.semeiosis.com.br/on-theintegration-of-the-differentiated/>. Acesso em: 31 de outubro de 2012

_____. Prólogo: Um Passeio Guiado e Ilustrado pelos Mundos da Semiótica e da Comunicação. In: RUSSI, Pedro. (Org.) **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2013.

_____. ¿Qué puede aportar la semiótica triádica al estudio de la comunicación mediática? Galaxia (São Paulo, Online), n. 25, p. 24-37, jun. 2013.

APEL, K-O. **El camino del pensamiento de Charles S. Peirce.** Madri: Visor Editora, 1997.

BOORSTIN, D. **L'Image** : un guide pour le pseudo-événement. Union Générale d'Éditions, Col. 10/18. Paris, 1971. Tradução de L. C. Martino, 2003.

_____. **The Image**: a guide to pseudo-events in America. Nova Iorque: Vintage, 1992.

BRAGA, J. L. Comunicação. In: **Comunicação e educação: questões delicadas na interface.** São Paulo: Haacker, 2001, pp. 14-35.

_____. Parte I – Hipótese Prospectiva. In: **A sociedade enfrenta sua mídia:** dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

DEELY, J. **Semiótica básica.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

DELANEY, C. F. Peirce sobre ciência e metafísica: visão geral de uma visão sinóptica. **COGNITIO: Revista de filosofia**, n. 3, nov. 2002.

FERRAZ, T. S. Relações semióticas na filosofia peirceana: fenômeno, signo e cognição. **Kinesis**, v. 1, n. 1, mar. 2009.

HAACKE, W. "Escritos recientes sobre el concepto de actualidad". Tradução J. R. García Mayodorno. **Revista Española de la Opinión Pública**, n. 18, 1969.

HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul & BURKS, Arthur (eds.). **Collected Papers of Charles Sanders Peirce.** Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931-35 e 1958.

IBRI, I. A. **Kósmos Noētós.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
_____. O Paciente Objeto da Semiótica. In: PARLATO, Erika Maria e

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da (Org.). **O Sujeito entre a Língua e a Linguagem**. São Paulo: Lovise, 1997.

LINS, A. A importância da experiência colateral na semiose e no processo comunicativo. **Revista Symposium**, vol. 37, n. 3, 1998, pp. 52-59.

LISZKA, James (2008). **Peirce's Discursive Realism.** Disponível em: <http://cspeirce.com/menu/library/aboutcsp/liszka/disreal.htm>. Acesso em: 23 jan. 2012

MARTINO, Luiz Claudio. A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões. In: **Compós 2009 - Encontro da Associação Brasileira de Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Belo Horizonte, 2009.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

PONZIO, Augusto. Bakhtin e Peirce: signo, interpretação, compreensão. In: **A revolução bakhtiniana.** São Paulo: Contexto, 2008.

RAMÓN Y CAJAL, S. Preocupações do principiante. In: **Regras e conselhos sobre a investigação científica**. São Paulo: USP, 1979.

RUSSI, P. Prolegômenos – noções de uma história e episteme. In: RUSSI, P. (Org.) **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2013.

SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos:** como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2000.

WALL, C. **Sobre pragmatismo**. São Paulo: Loyola, 2007.